



Artigos - Dossiê

A QUESTÃO DA IDENTIDADE EM *METADE CARA*, *METADE MÁSCARA* DE ELIANE POTIGUARA

THE QUESTION OF IDENTITY IN METADE CARA, METADE MÁSCARA BY ELIANE POTIGUARA

IZABELA GUIMARÃES GUERRA LEAL

izabelaleal@gmail.com

Universidade Federal do Pará

<https://orcid.org/0000-0002-6630-9970>

MARINA BEATRICE FERREIRA FARIAS

marinafarias_1997@hotmail.com

Universidade Federal do Pará

<https://orcid.org/0000-0003-3118-9478>

RESUMO: Este trabalho se propõe a discutir a poesia de Eliane Potiguara presente em *Metade cara, metade máscara* (2018), primeiro livro publicado por uma mulher indígena de modo individualizado no Brasil. Sabe-se que a poética indígena existe e resiste na tradição oral, enraizada nas práticas de vida de inúmeros povos originários. Porém, no caso de Eliane Potiguara, seus antepassados migraram das terras tradicionais da etnia Potiguara, no atual estado da Paraíba, para o Rio de Janeiro, por conta das invasões de terra, portanto ela nasceu em um contexto social fora das terras tradicionais. Nesse sentido, o livro de Potiguara narra a história vivida pelas mulheres de sua família ao longo do processo de colonização, e também utiliza a escrita poética como forma de libertação, seja pelo expurgo da dor ou pelo resgate da espiritualidade indígena, outrora repassada pela sua avó. A questão da identidade é discutida em vários poemas, inclusive no título do livro, e é analisada nesse trabalho com base em *O local da cultura* (2005), de Homi K. Bhabha, cuja análise da obra de Frantz Fanon dialoga com os poemas de Eliane. Os poemas analisados neste trabalho são “O criador, a identidade e o guerreiro”, “Identidade indígena”, “Brasil”, “Mulher”, “Terra-mulher” e “Terra-cunhã”.

Palavras-chave: Poesia indígena; Identidade; Espiritualidade; Escrita.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the poetry of Eliane Potiguara presented in the book *Metade cara, metade máscara* (2018), the first book published individually by an indigenous woman in Brazil. It is known that indigenous poetics exist and remain in the oral tradition, rooted in the life practices of many native peoples. However, in the case of Eliane Potiguara, her ancestors had to migrate from the ethnic group Potiguara's traditional lands (located in the state of Paraíba) to Rio de Janeiro as their territory was invaded. Consequently, the poet was born in a social context different from her ancestors. In doing so, Potiguara's book narrates the history lived by the women of her family throughout the colonization process, and also uses poetic writing as a form of liberation, either

through the purge of pain or the rescue of indigenous spirituality, which was passed down by her grandmother. The question of identity is discussed in several poems, including the title of the book, and is analyzed in this work based on Homi K. Bhabha's O local da cultura (2005), whose analysis of Frantz Fanon's work dialogues with the Potiguara's poems. The poems analyzed in this paper are "O criador, a identidade e o guerreiro", "Identidade indígena", "Brasil", "Mulher", "Terra-Mulher", and "Terra-Cunhã".

Keywords: *Indigenous poetry; Identity; Spirituality; Writing.*

Os primeiros projetos editoriais de autoria indígena surgiram em sua maioria ligados a programas de formação de professores. Por meio da aquisição e domínio da escrita os indígenas brasileiros passaram a “fazer história”, de modo que utilizam a escrita para configurar suas identidades respeitando seus cruzamentos sincrônicos, preservando a herança ancestral atrelada ao contato com as tecnologias e a cultura do homem branco. A introdução das escolas nas aldeias e, conseqüentemente, da escrita tornou possível a circulação da palavra, da voz indígena, independente da presença corporal. A autoria indígena ganha visibilidade ao adentrar a cultura do impresso, sendo que, em alguns casos, um livro possui diversos produtores, constituindo uma escrita coletiva.

Essa é uma das razões que faz com que a literatura indígena seja essencialmente política, por ser fruto de uma comunidade e por evidenciar a diversidade de povos tradicionais existentes no Brasil, que antigamente eram vistos pela sociedade brasileira como um povo único. As pesquisadoras Maria Inês de Almeida e Sônia Queiroz dedicam o último capítulo do livro *Na captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil* (2004) aos chamados “livros da floresta”, e indicam uma problemática presente em diversas obras canônicas da Literatura Brasileira, cuja raiz está na repressão de línguas orais que foram massacradas por uma língua oficial.

E a primeira consequência que podemos tirar desse fato, para pensarmos criticamente nossa tradição literária, tem a ver com o que Glissant denomina “teorema básico da Relação”. Um povo não suporta muito tempo uma alienação brutal ou insidiosa de seu país cultural anterior, aliada a uma redução sistemática de seu circuito de produção. Sem direito à consciente linha de continuidade entre o mundo autóctone e a vida colonial, os brasileiros ficaram na posição tantas vezes denunciada: uma espécie de entrelugar, entre ser o outro e não ser nada... A literatura nacional é, nesse caso, a evidência desse duplo sofrimento. [...] (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004, p. 217-218)

Diante dessa crítica, entende-se que as publicações de autoria indígena preenchem uma grande lacuna existente desde a formação da literatura brasileira. Há de se ressaltar, entretanto, que a literatura indígena ocupa um lugar paradoxal, visto que

Existem tradições culturais diferenciadas, línguas diversas, que a formação literária contribui para mostrar, às custas, de certa anulação dessas mesmas diferenças. O objeto livro é, portanto, um lugar de reconstrução da memória indígena no Brasil, embora também se

construa sobre os escombros da sua história, sobre o esquecimento do seu passado. (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004, p. 201)

A circulação da literatura indígena demanda, por exemplo, a necessidade da escrita ou tradução em língua portuguesa, reflexo da reconstrução da memória que se constrói em cima de um passado de esquecimento. Essa mesma questão pode ser vista de modo latente nas publicações indígenas de modo individualizado. A primeira delas foi *Todas as vezes que dissemos adeus* (1994) de Kaká Werá Jecupé. Essa publicação consiste em relatos do autor sobre a sua experiência de vida entre dois mundos, o mundo da aldeia em que vivia e o mundo branco, onde foi alfabetizado e aprendeu a escrever. Não há dúvida de que Jecupé abriu caminho para a publicação de outros projetos literários de autoria indígena. Assim como fez Eliane Potiguara, que, dez anos mais tarde, tornou-se a primeira mulher indígena a publicar um livro de poesia. A poeta nasceu no estado do Rio de Janeiro, em um ambiente distante das terras tradicionais de sua etnia, e vive atualmente no estado da Paraíba. Seu primeiro livro a ser publicado, *Metade cara, metade máscara* (2004), apresenta uma estrutura que quebra com o padrão editorial dos livros de poesia, posto que ele traz relatos de vida e histórias dos seus antepassados.

Nos primeiros capítulos do livro, Eliane narra o processo de colonização pelo qual seus antepassados passaram de forma trágica e também conta fatos marcantes de sua trajetória. Seu bisavô foi assassinado a mando de uma família latifundiária do Nordeste, e suas quatro filhas junto do restante da família migraram para Pernambuco. Uma das filhas, Maria de Lourdes, engravidou aos 12 anos, vítima de violência sexual. Ela e sua filha Elza migraram novamente, dessa vez para o Rio de Janeiro. O tempo passou e Elza cresceu, casou-se e teve dois filhos. Infelizmente a morte dos homens da família voltou a se repetir, já que seu marido morreu atropelado por um bonde. Por conta disso, a menina Eliane, sua filha, cresceu órfã de pai e foi criada pela avó Maria de Lourdes, enquanto a mãe trabalhava.

Quando a menininha criada pela avó se tornou uma mulher adulta e formada, finalmente pôde retornar para o abraço de sua comunidade primeira, e a partir desse contato muita coisa se transformou, no que diz respeito à sua identidade indígena e ao ativismo político. Em 1987, Eliane estava à frente da articulação do Grupo Mulher – Educação Indígena (GRUMIN), criado com o intuito de escutar as vozes das mulheres de diferentes etnias. Para além dos trabalhos políticos e sociais, Eliane vê no ato de criação por meio da arte uma forma de cura individual e coletiva. Questões acerca do lugar de pertencimento e da identidade são recorrentes em seus poemas, por isso optou-se pela utilização do conceito de identidade presente em *O local da cultura* (2005), de Homi Bhabha.



No terceiro capítulo de *Metade cara, metade máscara*, intitulado “Ainda a insatisfação e a consciência da mulher indígena: revolta e desespero de Cunhataí”, os relatos de vida dão lugar à narrativa de Cunhataí, uma personagem mítica cuja história foi criada por Eliane Potiguara.

Quando Cunhataí era criança, ouvia os espíritos da mata, ela via a mãe das águas. Cunhataí tinha o poder da cura. Sua mãe, insatisfeita com as invasões dos estrangeiros, tomou erva má, para que a semente que ouvia o espírito da mata morresse. A erva fez muito mal à pequena Cunhataí; não a matou, tirou um pedaço dela... A mãe, desesperançada com a sua aldeia, não queria mais as coisas do espírito, negava a terra e a raiz. Mas a avó da menina era mais guerreira. A mãe ficou cega e muda. Tempos depois, a mãe renasceu da mudez e da cegueira por uma prova divina que passou e se tornou pajé, sacerdotisa das águas. [...] A semente ferida e mutilada nasceu triste e com uma estrela no olho direito. Era Cunhataí. Foi o lado direito que quase morreu. Só ficou roxo como uma marca, “um sinal”, e sobreviveu para ouvir os espíritos, os antepassados e as velhas mulheres enrugadas pelos séculos. O velho espírito disse a Cunhataí “Vai ave-menina e mulher! Cria asas e enxergue; um dia, quem sabe, seremos livres!”. [...] Por isso, quando ela retornou à sua aldeia de origem, o cacique, a pajé e os segmentos do povo a reconheceram, porque ela já era esperada, por decisão dos ancestrais, há muitos séculos. O seu olho direito roxo – o espiritual – foi identificado pelos líderes conectados com a ancestralidade e pelo *pitiguary*, o pássaro que anuncia. (POTIGUARA, 2018, p. 73)

Diferente dos relatos, que narravam fatos e acontecimentos históricos vivenciados pelos antepassados da autora, a narrativa de Cunhataí revela: o contato com a espiritualidade, a ancestralidade indígena, e os acontecimentos vivenciados por ela e pelas mulheres da família no âmbito subjetivo, que só podem ser expressos pelas metáforas de uma narrativa mítica. À primeira vista, a história de Cunhataí não parece ter relação com a trajetória da escritora, porém, no capítulo seguinte, intitulado “Influência dos ancestrais na busca pela preservação da identidade”, revela que a personagem Cunhataí foi inspirada na própria Eliane:

Nasci com uma mancha no olho direito. A sociedade me discriminava, principalmente os homens, que diziam que eu havia tomado um soco no olho ou tomado uma surra do marido e que eu era marcada pela polícia. Eu me sentia muito mal com todos esses preconceitos. [...] Por ocasião da vinda de uma delegação de kaiapó e outras etnias ao Rio de Janeiro, pude compreender algo muito profundo. [...] A mancha que tenho é uma grande folha de jenipapo [...], os caiapó me chamaram de prima, colocaram a mão direita em meu ombro e choraram pelo reencontro. Eles disseram que eu era parente deles porque trazia uma marca de jenipapo com significado espiritual. Tempos depois, o xamã Potiguara me disse, em 1979, que o Pitiguary, o (pássaro que anuncia) anunciava a chegada de um ser humano que possuía a seta direcionada para um trabalho, talvez uma pequena missão espiritual. (POTIGUARA, 2018, p. 112)

A relação com a espiritualidade indígena é essencial para a preservação da identidade e sobrevivência desses povos. Na história de Cunhataí, a personagem tinha o poder de curar, ouvia os espíritos das matas e via a mãe das águas, mas a invasão das terras afastou as mulheres da espiritualidade, inclusive a mãe de Cunhataí, que passou a negar a sua própria ancestralidade, e por



isso adoeceu. Não pôde mais cantar nem enxergar, ficou cega e muda, e o adoecimento, que acometeu também sua filha, foi repassado para a geração seguinte, porque não havia mais o contato com a ancestralidade e com os conhecimentos de cura. Mas a menina sobreviveu e suas capacidades espirituais permaneceram vivas. O trecho da narrativa de Cunhataí citado anteriormente, “A avó da menina era mais guerreira” (POTIGUARA, 2018, p. 73), remete à avó Maria de Lourdes. Em um relato de Eliane, no início do livro, ela conta que sua avó desenvolvia práticas de cura quando a neta adoecia e também atendia a vizinhos próximos, porque havia preservado alguns costumes tradicionais no pequeno espaço em que viviam. Entende-se que a avó era mais guerreira porque se manteve firme na preservação da cultura indígena, mesmo diante dos obstáculos enfrentados no ambiente urbano. Apesar das violências sofridas pelas mulheres e pela negação da identidade, a figura dos mais velhos, sobretudo da avó, continuou sendo forte referência dos conhecimentos ancestrais, mesmo vivendo fora da aldeia e das terras tradicionais.

Através do contato muito próximo com a avó, Eliane pôde manter viva sua espiritualidade e fortalecê-la ainda mais em contato com outros povos, como os indígenas da etnia Kaiapó, assim como quando retornou para o berço de sua linhagem e pôde conhecer diretamente um xamã Potyguara. Em várias passagens do capítulo quatro, a autora expressa sua espiritualidade e evoca a presença dos sábios, dos velhos, dos que preservam os conhecimentos ancestrais, como no seguinte trecho:

Bonito é vestir os trajes do Toré e senti-los como as expressões máximas das relações entre o homem, a terra e Deus. É sentir o sagrado e o universo. [...] É preciso ouvir os velhos, o som do mar e dos ventos. É preciso a unidade entre as famílias, por isso pedimos a Tupã que nos proteja e dê um basta ao sofrimento secular de nosso povo comedor de mandioca. Pedimos à Força Superior que nossos pensamentos se elevem aos mais profundos planos sagrados da espiritualidade indígena, junto aos velhos, aos curandeiros, aos velhos pajés, muitas vezes apagados pelo poder, mas renascidos como força, pela consciência do povo. (POTIGUARA, 2018, p. 88)

É importante observar que, na expressão de sua espiritualidade, entra em questão a identidade e como ela se constrói e se transforma de acordo com as vivências da autora. Levando em consideração a sua trajetória e o crescimento em um ambiente urbano, percebe-se que Eliane utiliza ora a palavra “Deus”, ora “Tupã”, como se ela transitasse por dois universos culturais, o mundo fora da aldeia, no qual ela cresceu, e o mundo de dentro da aldeia, que permaneceu vivo na cidade através de sua avó. A questão da identidade surge dentro de um questionamento, uma interrogação, como pode ser visto nas duas primeiras estrofes do poema “O criador, a identidade e o guerreiro”:

Escorria-me das veias doentes



Um sangue ainda quente
Como percorre as águas do Norte
Levando pra bem longe
As ervas daninhas

Onde estavas identidade adormecida?
Sofrida nas noites ensanguentadas
Anestesiada ou morta
Ou apenas me contemplando
Ao pé da porta? (POTIGUARA, 2018, p. 66)

O poema dá lugar a uma voz que se dirige diretamente à própria identidade, que surge personificada, como se fosse alguém à espreita, na iminência de um confronto face a face. É possível observar, na continuidade do poema, que ocorrem encontros e desencontros, visíveis nos versos “Mirava-me calada, identidade amiga./[...] Quem tu és identidade?” (POTIGUARA, 2018, p. 66). Como se, ora, ela se manifestasse e, no momento seguinte, não estivesse claro ou palpável quem ela realmente é. Afinal, não é possível saber se a identidade estava morta, anestesiada ou silenciada nos momentos de sofrimento. Na visão proposta por Homi K. Bhabha em *O local da cultura*, “a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia autocumpridora – é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem” (BHABHA, 2005, p. 76-77).

Partindo desse pressuposto, a identidade é vista como algo em constante transformação, o movimento de produzir uma imagem de si mesmo e se assumir como essa imagem. A partir daí, é possível compreender a razão do questionamento feito no poema em torno da morte ou adormecimento da identidade. Trata-se da auto-identificação de Eliane Potiguara como mulher indígena, já que muitos dos seus traços culturais indígenas e até características físicas foram subjugadas no convívio em sociedade. Os últimos versos do poema evidenciam a influência da sociedade na questão identitária: “Minha identidade para renascer / A qualquer instante / Basta um fio de luz. / Uma gota mínima de tolerância / Ou uma esperança em seu semblante / Porque só um fogo eterno / O útero de meus avós / Para tornar minha cidadania decente” (POTIGUARA, 2018, p. 67).

Ainda na visão de Homi Bhabha, “A demanda da identificação – isto é, ser para um Outro – implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade. A identificação, [...] é sempre o retorno de uma imagem de identidade que traz a marca da fissura no lugar do Outro de onde ela vem” (BHABHA, 2005, p. 76-77). Dessa afirmativa compreende-se que a relação com o outro é indispensável no processo de construção e desconstrução da identidade, já que a imagem refletida nos



olhos de outrem é como um espelho para nós mesmos. Essa relação de alteridade lembra o relato de Eliane Potiguara visto anteriormente, no qual ela relata que sofria discriminação por conta de um sinal no rosto, e somente em contato com um xamã potiguara e com os indígenas da etnia Kaiapó ela pôde ressignificar o sinal, que passou a ser o indício de uma marca espiritual.

A busca pela identidade presente nos poemas perpassa pelo reconhecimento de si mesma enquanto alguém que pertence a uma coletividade. Importante ressaltar que essa coletividade, à qual essa voz se refere às vezes, surge como o grupo dos indígenas desaldeados, que independente da origem étnica, compartilham entre si a mesma situação social, como se vê no poema “Identidade indígena”, cujos primeiros versos expressam uma contradição entre o que o ancestral das terras tradicionais dizia e a realidade vivenciada pelos indígenas desaldeados no presente:

Nosso ancestral dizia: Temos vida longa!
Mas caio da vida e da morte
E range o armamento contra nós.
Mas enquanto eu tiver o coração aceso
Não morre a indígena em mim
E nem tampouco o compromisso que assumi
Perante os mortos
De caminhar com minha gente passo a passo
E firme, em direção ao sol
Sou uma agulha que ferve no meio do palheiro
Carrego o peso da família espoliada
Desacreditada, humilhada
Sem forma, sem brilho, sem fama
[...]
Aí queremos viver para lutar
E encontro força em ti, amada identidade
Encontro sangue novo para suportar esse fardo (POTIGUARA, 2018, p. 115)

Os versos finais evocam a reflexão de que o encontro com a identidade é uma busca por si mesma, um chamado ao reencontro com as memórias e conhecimentos de um povo, legado ancestral mantido vivo por meio da resistência feminina. Nesse momento, o sujeito poético e a voz pessoal de Eliane Potiguara se confundem, visto que é impossível dissociá-los. O sangue, líquido da vida, que tantas vezes surge na poesia de Eliane como algo que foi violentamente derramado, aparece nesse poema como um sopro de renovação, a ligação direta com os ancestrais e o que a une a outros indígenas. A partir daí entende-se que o compromisso “assumido perante os mortos” é dar continuidade a um caminho traçado pelos antepassados, e fazer renascer a identidade indígena mesmo distante do lugar de origem. Talvez a questão da identidade não estivesse posta de modo tão marcante caso a poeta não tivesse nascido fora da aldeia, porque aí não haveria necessidade de se buscar tão



profundamente algo que seria cotidianamente reforçado. Mas a distância e as inúmeras violências físicas e simbólicas que tentaram invisibilizar a cultura indígena, levaram Eliane a percorrer longas distâncias, dentro e fora de si, para encontrar algo que sempre esteve presente, sua identidade.

O primeiro poema de *Metade cara, metade máscara*, intitulado “Brasil”, trata da mesma questão acerca do contato entre a identidade indígena e a sociedade fora da aldeia:

Que faço com a minha cara de índia?
E meus cabelos
E minhas rugas
E minha história
E meus segredos?

Que faço com a minha cara de índia?
E meus espíritos
E minha força
E meu Tupã
E meus círculos?

Que faço com a minha cara de índia?
E meu Toré
E meu sagrado
E meus “cabocos”
E minha Terra?
[...]
Brasil, o que faço com a minha cara de índia?
Não sou violência
Ou estupro
Eu sou história
Eu sou cunhã
Barriga brasileira
Ventre sagrado
Povo brasileiro (POTIGUARA, 2018, p. 29)

Tais versos demonstram uma inquietude gerada por meio do contato com o outro. Cada estrofe é iniciada pelo mesmo verso, “O que faço com a minha cara de índia?”, porque o rosto é o primeiro elemento que sobressai no convívio em sociedade, o que causa a primeira impressão, independente do que se esconde por trás da face. Também é o lugar onde Eliane Potiguara possui o sinal, motivo de discriminação, mas também uma marca espiritual. Para além de um rosto com traços indígenas, dos cabelos e das rugas, há também a história e os segredos, a espiritualidade e os hábitos culturais indígenas. Algo que não se revela tão facilmente, e que no contexto social precisou ser guardado e protegido pela avó Maria de Lourdes, para que não fosse roubado ou destruído. Mas nem tudo pode ser escondido, porque a face, esse lugar visível, também pode indicar um lugar de pertencimento. O fato de o poema “Brasil” ser o primeiro do livro revela intencionalmente uma estratégia editorial,

porque dialoga com o título *Metade cara, metade máscara*.

Tratando-se de identidade, Homi Bhabha no capítulo “Interrogando a identidade, Frantz Fanon e a prerrogativa pós-colonial”, afirma, “o próprio lugar da identificação, retido na tensão da demanda e do desejo, é um espaço de cisão. [...] *Pele negra, máscaras brancas* não é uma divisão precisa; é uma imagem duplicadora, dissimuladora do ser em pelo menos dois lugares ao mesmo tempo” (BHABHA, 2005, p.76). Nesse capítulo, o teórico se debruça sobre a publicação de Fanon, que assim como Eliane Potiguara, põe em questão no título de seu livro a ideia de máscara social. A questão não é saber o que é cara e o que é máscara, mas compreender que o eu interior é construído em um espaço de cisão, no qual há duas metades, uma metade é o eu interior, a cara, a outra metade é o Outro, a máscara. Na medida em que o ser é construído a partir do Outro, então a cara também pode ser uma máscara. Bhabha continua uma reflexão sobre os negros que pode ser estendida aos indígenas:

Não é o Eu colonialista nem o Outro colonizado, mas a perturbadora distância entre os dois que constitui a figura da alteridade colonial – o artifício do homem branco inscrito no corpo do homem negro. É em relação a esse objeto impossível que emerge o problema liminar da identidade colonial e suas vicissitudes. (BHABHA, 2005, p. 76)

O lugar da identidade é sempre fronteiro, um limiar, e é nessa fronteira social e identitária que Eliane Potiguara se expressa poeticamente. Em algumas partes de *Metade cara, metade máscara*, ela se refere a essa presença do outro dentro de si como um inimigo, em outras passagens fala de estratégias para lidar com esse inimigo. “Receber a herança ancestral de nossa família ou de uma cultura é uma missão a cumprir. [...] Quais as rasteiras que devemos dar no neocolonizador, no opressor político-cultural para despertarmos a força interior e transformá-la em sabedoria?” (POTIGUARA, 2018, p. 89). E, não por acaso, Eliane Potiguara cita Frantz Fanon como uma referência:

Como purificar a persona que existe em nós, com tantos vícios impostos pelo sistema político e econômico que nos discrimina, nos oprime, nos mata e torna a nossa autoestima deplorável, fazendo com que aceitemos, pacíficas, durante séculos, a violência, seja física, psicológica, sexual, mental e até espiritual! Frantz Fanon coloca em seu livro *Condenados da terra* os resultados psicológicos maléficos da opressão política e racial ao povo argelino há mais de vinte anos. A chama do conhecimento ancestral, seja indígena, seja de outras raízes, deve ser reavivada imediatamente. [...] Quando despertamos essa força, começamos a reconhecer a sombra negativa de nossa psique, [...] e nesse processo, começamos a reagir contra a opressão. (POTIGUARA, 2018, p. 89)

Em inúmeras passagens de sua publicação, Eliane Potiguara reforça a importância das mulheres para a preservação da terra e dos conhecimentos ancestrais, bem como para a construção de



sua identidade. A temática feminina está presente em vários poemas, seja como a filha da terra que foi invadida, seja na presença das velhas mulheres guardiãs da sabedoria. A imagem da avó aparece com frequência como a responsável por proteger os conhecimentos sagrados e como a principal referência de espiritualidade e conexão com o legado dos povos tradicionais. A terra também se apresenta como interlocutora em vários poemas, para quem a voz poética se dirige, como nos primeiros versos do poema “Terra-Mulher”: “Tu que muito sabes desse mundo / Tu que nessa vida profunda / Com todos os séculos aprendeu a malícia / Como quer que te chame?” (POTIGUARA, 2018, p. 81). A terra e a mulher são representadas como um único ser, tanto que o poema Terra-Mulher se refere à terra e logo em seguida vem o poema “Terra Cunhã”, o qual se dirige à mulher indígena, como se vê nos primeiros versos: “Mulher indígena / Que muito sabes deste mundo / Com a dor ela aprendeu pelos séculos / A ser sábia, paciente, profunda” (POTIGUARA, 2018, p. 82).

Os primeiros versos de cada poema são semelhantes, posto que tanto a terra quanto a mulher aprenderam com os séculos de dor, conheceram a malícia, a profunda paciência e sabedoria. Os versos finais do poema “Terra-Mulher” – “Mas luta, mesmo que não possas falar / Por ora, minha TERRA / Porque ainda estás presa / Nas garras da tua própria história” (POTIGUARA, 2018, p. 82) – também se parecem muito com os do poema “Terra Cunhã” – “Mas luta, raiz forte da terra! / Mesmo que te matem por ora / Porque estás presa ainda / Nas garras do PODER e da história” (POTIGUARA, 2018, p. 83).

Mas nem só padecendo pelo sofrimento a mulher aparece nos poemas de Eliane Potiguara. Mesmo que a maioria deles expresse a carga de dor, tristeza, mágoa e revolta, como um expurgo, também há um chamado para a libertação do sofrimento. Lembrando que a escrita e a poesia vêm a favor dessa libertação, tanto para quem a produz quanto para quem a lê. O poema “Mulher” é um chamado para a cura das feridas ancestrais:

Vem, irmã
bebe dessa fonte que te espera
minhas palavras doces ternas.
Grita ao mundo
a tua história
vá em frente e não desespere.

Vem, irmã
bebe da fonte verdadeira
que faço erguer tua cabeça
pois tua dor não é a primeira
e um novo dia sempre começa



Vem, irmã
lava tua dor à beira-rio
chama pelos passarinhos
e canta como eles, mesmo sozinha
e vê teu corpo forte florescer

Vem, irmã
despe toda a roupa suja
fica nua pelas matas
vomita o teu silêncio
e corre – criança – feito garça

Vem, irmã
liberta tua alma aflita
liberta teu coração amante
procura a ti mesma e grita:
sou uma mulher guerreira!
sou uma mulher consciente! (POTIGUARA, 2018, p. 85)

A fonte verdadeira pode ser interpretada como o lugar de onde nascem os cantos e de onde brota a poesia. A primeira e a segunda estrofe fazem um convite à leitura da poesia de Eliane Potiguara, as palavras doces ternas que esperam ser lidas, e também aos relatos de dor que revelam ao leitor, principalmente à leitora, que os sofrimentos vividos pelas mulheres não acometem só a uma, e sim a todas, em diferentes níveis. A terceira e quarta estrofes são um chamado para o contato com a mata, com a terra, com a natureza, para que as máscaras sociais caiam por terra e as feridas da opressão cultural sejam curadas. Percebe-se o desejo de ficar nua pelas matas para recordar a vida dos antepassados, lavar a dor no rio, correr livre e cantar com os pássaros o canto da liberdade.

Por fim, a última estrofe chama à procura de si mesma, para revelar nuances escondidas por trás das imposições sociais e da subalternização cultural. O canto de Eliane Potiguara em *Metade cara, metade máscara* é um canto de revolta e um canto de libertação. Poesia que nasce com a função de libertar, às vezes através do expurgo, do grito, do choro. Escrita traçada em vermelho, cor da pintura indígena, cor do sangue que foi derramado pela violência, mas que também se renova ciclicamente no corpo feminino, que renasce e é capaz de gerar novo significado às marcas, aos sinais, ao rosto que um dia foi negado. A história de Cunhataí se encerra no livro com o retorno para casa e o encontro com seu povo, com os pajés e as parteiras “que dariam nova vida ao povo dessa mulher guerreira” (POTIGUARA, 2018, p. 113).



Referências

ALMEIDA, Maria Inês de. *Desocidentada: experiência literária em terra indígena*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ALMEIDA, Maria Inês de. *Na captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2005.

JECUPÉ, Kaká Werá. *Todas as vezes que dissemos adeus*. 2. ed. São Paulo: Triom, 2002.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. Lorena: DM Projetos Especiais, 2018.

Artigo recebido em: 25 de fevereiro de 2020

Artigo aceito em: 20 de abril de 2020